

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA NOSSA CAIXA DESENVOLVIMENTO – AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. REALIZADA EM 31 DE JANEIRO DE 2011.

Aos trinta e um dias do mês de janeiro de 2011, às dezessete horas, na Rua da Consolação, 371 – 6º andar, nesta Capital, realizou-se a reunião do Conselho de Administração da Nossa Caixa Desenvolvimento – Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., sob a presidência do Conselheiro Guilherme Afif Domingos, nos termos do que dispõe o artigo oitavo - parágrafo segundo, do Estatuto Social, com a presença dos conselheiros Andrea Sandro Calabi, David Zaia, Lídia Goldenstein, Milton Luiz de Melo Santos e Roberto Brás Matos Macedo, para apreciar os assuntos constantes da Ordem do Dia: **(i)** leitura e aprovação da Ata da Reunião Ordinária do Conselho de Administração realizada no dia 16 de dezembro de 2010; **(ii)** leitura e aprovação da Ata da Reunião Extraordinária realizada no dia 30 de dezembro de 2010; **(iii)** análise e deliberação da Previsão Orçamentária 2011 a 2015; **(iv)** análise e deliberação do pagamento de dividendos na forma de juros sobre o capital relativo ao ano de 2010; **(v)** análise e deliberação quanto ao reajuste salarial e demais benefícios da categoria bancária, de acordo com a convenção coletiva do trabalho 2010-2011; **(vi)** análise e deliberação quanto à aplicação da Convenção Coletiva do Trabalho 2010 da categoria bancária, relativa à participação dos empregados nos lucros ou resultados; **(vii)** análise e deliberação quanto à implantação do Plano de Metas da Nossa Caixa Desenvolvimento para o ano de 2011; **(viii)** apresentação da atuação da Nossa Caixa Desenvolvimento quanto aos Fundos de Desenvolvimento; **(ix)** apresentação da situação dos negócios da Nossa Caixa Desenvolvimento; **(x)** outros assuntos. Para secretariar a reunião, foi indicada a senhora Gilmara Aparecida Biscalchim Brancalion, Gerente de Planejamento da Nossa Caixa Desenvolvimento. Presente, ainda, o senhor Valdemir Sartorelli, Superintendente Jurídico da Nossa Caixa Desenvolvimento, como convidado. Foi justificada a ausência do Conselheiro João Almeida Sampaio Filho. Iniciados os trabalhos pelo Presidente do Conselho de Administração, Senhor Guilherme Afif Domingos, este cumprimentou os demais membros do Conselho que, em seguida, passaram à apreciação dos itens constantes da Ordem do Dia, conforme se segue: **(i)** Com a palavra, o Sr. Milton Luiz ressaltou a presença dos novos membros do Conselho, eleitos pela Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 06 de janeiro de 2011. Em seguida, após a devida leitura e considerações, a ata da reunião do Conselho de Administração realizada no dia 16 de dezembro de 2010 foi aprovada; **(ii)** Na leitura da ata realizada em 30 de dezembro de 2010, o Sr. Milton Luiz destacou o aumento do capital no valor de R\$ 400 milhões, completando, assim, a importância de R\$ 1 bilhão de capital. A ata foi aprovada, sem ressalvas, pelos membros do Conselho; **(iii)** **VOTO 001/10 – PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA 2011 - 2015.** Foi convidado a apresentar a proposta da Previsão

Orçamentária para 2011 a 2015 o Sr. Cláudio de Oliveira Torres, Diretor Financeiro e de Crédito da Nossa Caixa Desenvolvimento, que iniciou a apresentação esclarecendo que a matéria está sendo reapresentada ao Conselho de Administração em função do aporte de capital realizado em 30 de dezembro de 2010, no valor de R\$ 400 milhões, antes previstos, no orçamento apresentado em 16 dezembro de 2010, aportes em duas parcelas de R\$ 200 milhões: a primeira para junho de 2011; e a segunda para novembro de 2011. Destacou que as principais variações entre o orçamento apresentado em 2010 e a presente proposta foram: de 6,74% (R\$ 26 milhões), na carteira de Títulos e Valores Mobiliários (TVM); 34,2% (R\$ 33,4 milhões), nas receitas totais; 61,21% (R\$ 12,4 milhões), nos tributos; e 83,42% (R\$ 15,8 milhões), no lucro líquido (após os Juros sobre o Capital Próprio - JSCP). As premissas utilizadas para a elaboração da nova proposta orçamentária foram: a) projeções de Taxas SELIC: 10,75% a.a., até 02/03/11; 11,25% a.a., de 03/03/11 a 20/04/11; 11,75% a.a., de 21/04/11 a 08/06/11; 12,25% a.a., de 09/06/11 a 20/07/11; 12,75% a.a., de 21/07/11 a 31/12/11; e 12,75% a.a. para 2012, 2013, 2014 e 2015; b) IPC: 5,5% para 2011 a 2015; c) provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa de 0,5% sobre cada novo desembolso, mais 0,5% sobre a carteira em amortização; d) previsão de desembolsos, para 2011, de R\$ 754,5 milhões. Os resultados previstos para 2011 são: a) principais indicadores: Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio (ROAE), 4,53%; Retorno sobre o Ativo Médio ROAA, 3,84%; Índice de Eficiência, 52,75%; Índice de Basiléia, 116,63%; b) Balanço Patrimonial: TVM, R\$ 411,5 milhões; Operações de Crédito, R\$ 874,5 milhões; c) Resultados: Receitas Totais, R\$ 131,2 milhões; Despesas Totais, R\$ 52,3 milhões; Lucro Bruto, R\$ 78,9 milhões; Tributos R\$ 32,6 milhões; R\$ Lucro Líquido (antes do JSCP), R\$ 46,2 milhões; JSCP, R\$ 11,6 milhões. O senhor Andrea Calabi observou que a taxa SELIC projetada para 2012 a 2015, de 12,75% a.a, pode superestimar os resultados, considerando que, segundo a previsão do programa do governo federal, há uma projeção de viés de queda, ao longo desse período, para a taxa SELIC, e que boa parte da composição dos ativos da Agência está atrelada a essa taxa. O senhor Andrea Calabi também observou que as metas de crescimento de carteira, para 2011, são desafiadoras. O senhor David Zaia comentou a importância da integração das políticas do Estado às ações da Agência, para colaborar com o cumprimento das metas do governo, e o senhor Guilherme Afif observou que o desafio da Agência é consolidar a sua imagem como principal Agente Financeiro voltado para o fomento do Estado. Nessa ótica, referiu-se à possibilidade de incluir, no portal do Estado, por meio do projeto VIA RÁPIDA EMPRESA, um *link* de acesso com informações das linhas de financiamento da Nossa Caixa Desenvolvimento. Após as considerações, a Previsão Orçamentária para 2011 a 2015 foi aprovada, na forma proposta, com recomendação do Conselheiro Andrea Calabi de revisar as premissas macroeconômicas, em função de mudanças recentes nas conjunturas econômico-financeira, tão logo nas próximas reuniões do Conselho; **(iv) VOTO 002/11 – PAGAMENTO DE DIVIDENDOS NA FORMA DE JUROS SOBRE O CAPITAL, RELATIVO AO ANO DE 2010.** Seguindo a pauta, o Sr. Cláudio apresentou a proposta do pagamento de Juros sobre Capital Próprio

imputados aos dividendos obrigatórios, no valor de R\$ 340.573,16, com posterior remessa, para ratificação, pela Assembléia Geral, referente à diferença apurada após o fechamento oficial dos resultados de 2010. O total de dividendos distribuídos em 2010 foi de R\$ 4.506.738,41. A proposta foi aprovada pelos membros do Conselho; **(v) VOTO 003/11 - REAJUSTE SALARIAL E DEMAIS BENEFÍCIOS DA CATEGORIA BANCÁRIA, DE ACORDO COM A CONVENÇÃO COLETIVA DO TRABALHO - 2010/2011.** Antes de dar a palavra ao Sr. Paulo Roberto Penachio, Diretor de Infraestrutura e TI, para apresentar a matéria, o Sr. Milton Luiz observou que a presente proposta de reajuste salarial foi submetida ao CODEC, para análise e posterior encaminhamento à Comissão de Política Salarial (CPS). Esta *“deliberou autorizar a Nossa Caixa Desenvolvimento – Agência de Fomento do Estado de São Paulo S/A, a proceder à aplicação da Convenção Coletiva de Trabalho 2010, a partir de 1º de janeiro de 2011, com efeitos retroativos a 1º de setembro de 2010”*. Com a palavra, o Sr. Paulo R. Penachio apresentou os termos da CCT/10, conforme segue: **a) Reajuste salarial:** 7,50% (sete e meio por cento), para os salários dos empregados com remuneração fixa mensal até R\$ 5.250,00 (cinco mil, duzentos e cinquenta reais); concessão de valor fixo de R\$ 393,75 (trezentos e noventa e três reais e setenta e cinco centavos) ou aplicação de reajuste de 4,29% (quatro inteiros e vinte e nove décimos), o que for maior, para os salários dos empregados com remuneração fixa mensal superior a R\$ 5.250,00 (cinco mil, duzentos e cinquenta reais); **b) Reajuste dos Benefícios:** Auxílio Refeição: reajuste de 7,50% (sete e meio por cento), passando o valor unitário facial diário para R\$ 18,15 (dezoito reais e quinze centavos), considerando 22 (vinte e dois) por mês; Auxílio Cesta Alimentação: reajuste de 7,50% (sete e meio por cento), passando para o valor mensal de R\$ 311,08 (trezentos e onze reais e oito centavos); Auxílio Creche/Babá: reajuste de 7,50% (sete e meio por cento), passando para o valor mensal de R\$ 261,33 (duzentos e sessenta e um reais e trinta e três centavos); Auxílio Funeral: reajuste de 7,50% (sete e meio por cento), passando para o valor da indenização de R\$ 599,61 (quinhentos e noventa e nove reais e sessenta e um centavos); **c) Salário de Ingresso:** Auxiliar Administrativo: o piso salarial foi majorado para R\$ 1.140,13 (um mil, cento e quarenta reais e treze centavos), no ingresso da carreira na empresa, e para R\$ 1.250,00 (um mil, duzentos e cinquenta reais), após 90 dias da admissão. Após considerações, a matéria foi aprovada nos termos apresentados; **(vi) VOTO 004/11 - APLICAÇÃO DA CONVENÇÃO COLETIVA DO TRABALHO/2010 DA CATEGORIA BANCÁRIA, RELATIVA À PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS NOS LUCROS OU RESULTADOS.** Foi aprovada, por unanimidade, a aplicação da Convenção Coletiva de Trabalho quanto à participação dos empregados nos lucros ou resultados 2010 da categoria bancária, nos termos autorizados pela Comissão de Política Salarial, conforme segue: pagamento de até 13% do lucro líquido no exercício de 2010 para a Regra Básica, mais 2% para a Parcela Adicional, de acordo com os critérios: 90% da Remuneração do empregado, acrescida de R\$ 1.100,80, observado o teto de R\$ 7.181,00. Se o percentual e o valor fixo acima não alcançar 5% do Lucro Líquido do Exercício, o valor individual da PLR será majorado até alcançar 2,2 salários do empregado, limitado a R\$ 15.798,20, ou

até que o valor total atinja o percentual de 5% do referido lucro líquido, o que ocorrer primeiro; parcela adicional equivalente a 2% do lucro líquido apurado no exercício, dividido pelo número de empregados, até o limite individual de R\$ 2.400,00; **(vii) VOTO 005/11 – IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE METAS DA NOSSA CAIXA DESENVOLVIMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 2011.** Foi apresentada pelo Sr. Milton Luiz, a proposta de plano de metas para 2011, com os seguintes indicadores de desempenho: Lucro no Exercício, Retorno Sobre o Patrimônio Líquido (Médio) – ROAE, Inadimplência, Saldo da Carteira de Crédito. O Sr. Andrea Calabi observou que, para a Agência, o ideal seria selecionar indicadores operacionais, sugerindo substituir o indicador Lucro no Exercício. Após considerações, o Sr. Guilherme Afif propôs retirar a matéria de votação, o que foi prontamente aprovado pelos membros, para que seja reapresentada ao Conselho, com novas propostas de indicadores e metas; **(viii)** O Sr. Daniele Lunetta, Diretor de Fomento da Nossa Caixa Desenvolvimento, e o Sr. Julio Themes Neto, Superintendente de Gestão de Fomento Público e Privado, foram convidados a discorrer sobre os Fundos de Desenvolvimento. Foi apresentada a situação dos 40 fundos de desenvolvimento e os termos da Resolução Conjunta SF/SD/SEP-01, de 03/08/2010, que delibera sobre as atribuições da Nossa Caixa Desenvolvimento na administração dos Fundos de Desenvolvimento. No transcorrer da apresentação, o Sr. Andrea Calabi salientou que, apesar dos termos já aprovados e publicados da Resolução Conjunta, cabe uma nova discussão sobre o conteúdo da matéria com as Secretarias às quais os Fundos estão subordinados administrativamente. O Sr. Guilherme Afif ponderou que a Agência de Fomento deve dar continuidade aos trabalhos mencionados na Resolução, até a sua conclusão, para uma posterior avaliação dos resultados. Inicialmente, a Nossa Caixa Desenvolvimento irá administrar os seguintes fundos: FUNCET – Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; FVR – Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Ribeira; FIDEC – Fundo Estadual de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico; FIDES – Fundo Estadual de Incentivo ao Desenvolvimento Social; FECOP/PROCOP – Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição / Programa de Controle da Poluição; FEPRAC – Fundo Estadual para Prevenção e Remediação de Áreas Contaminadas; FESAN – Fundo Estadual de Saneamento; FEER – Fundo Estadual de Eletrificação Rural; FESB – Fundo Estadual de Saneamento Básico; FUNAC – Fundo de Apoio ao Contribuinte do Estado de São Paulo; **(ix)** Ao dar início à apresentação, o Sr. Daniele Lunetta referiu-se aos canais de distribuição da Nossa Caixa Desenvolvimento, que opera por meio das parcerias com as entidades de classe empresarial e da Plataforma de Atendimento de Negócios (PAN), que atende diretamente empresas não filiadas às entidades de classe. Em seguida, apresentou a situação dos negócios da Nossa Caixa Desenvolvimento: em 31 de dezembro de 2010, a Nossa Caixa Desenvolvimento apresentava o valor de R\$ 79 milhões de operações de crédito liberadas com recursos do BNDES, com 200 operações, e R\$ 172 milhões com recursos próprios, com 1136 operações. O saldo da carteira apresentava o valor total de R\$ 184 milhões, com 94,7 % classificadas com *ratings* AA e A. No corrente ano, até 26 de janeiro de 2011,

foram liberadas 43 operações, no valor total de R\$ 9,2 milhões, sendo 37 com recursos próprios, no valor de R\$ 6,8 milhões, 5 com recursos do BNDES, no valor de R\$ 1 milhão, e 1 operação Via SP, no valor de R\$ 1,3 milhão. Para as operações aprovadas em fase de liberação, havia 62 propostas, no valor de R\$ 38,7 milhões, com recursos próprios, e 16 propostas, no valor de R\$ 7,9 milhões, com recursos do BNDES. Quanto à posição de projetos, na mesma data apresentava-se na seguinte situação: 11 projetos, no valor total de R\$ 33,2 milhões, em análise, e 3 projetos em cronograma de liberação, no valor de R\$ 11,2 milhões. As operações com o setor público, conforme o programa VIA SP, com recursos próprios, apresentavam a seguinte situação: 10 contratadas, no valor total de R\$ 19,7 milhões; 6 operações em análise pela STN, no valor de R\$ 6,4 milhões; 29 propostas de operações arquivadas/desistentes, no valor de R\$ 27 milhões; e 37 propostas com pendências nos municípios solicitantes, no valor de R\$ 30,2 milhões. As operações com o setor público do programa PROVIAS, com recursos do BNDES, apresentavam a seguinte situação: 1 proposta contratada, no valor de R\$ 1,3 milhão; 3 propostas em análise, na STN /BNDES, no valor de R\$ 3,6 milhões; 17 propostas arquivadas/desistentes, no valor de R\$ 21,2 milhões; e 14 propostas pendentes nos municípios, no valor de R\$ 24,5 milhões. Nada mais havendo a tratar, declarou o Presidente do Conselho encerrada a reunião, solicitando que fosse lavrada a presente ata que, depois de lida e achada conforme, segue assinada por mim, Gilmara Aparecida Biscalchim Brancalion – Secretária, e pelos Conselheiros de Administração.

GUILHERME AFIF DOMINGOS

Presidente

ANDREA SANDRO CALABI
Conselheiro

DAVID ZAIA
Conselheiro

LÍDIA GOLDENSTEIN
Conselheira

MILTON LUIZ DE MELO SANTOS
Conselheiro

ROBERTO BRÁS MATOS MACEDO
Conselheiro